



Banco Original
do Agronegócio S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro
de 2020

Índice

• RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
• BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
• DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	6
• DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
• DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	9
3. Principais práticas contábeis.....	9
4. Caixa e equivalentes de caixa	12
5. Ativos financeiros	13
6. Investimentos.....	14
7. Imobilizado	15
8. Outros ativos	15
9. Passivos financeiros	16
10. Ativos e passivos fiscais	16
11. Provisões	18
12. Outros passivos.....	19
13. Patrimônio líquido	19
14. Outras despesas administrativas.....	20
15. Despesas tributárias.....	20
16. Outras receitas.....	20
17. Outras despesas.....	21
18. Partes relacionadas	21
19. Suficiência de capital.....	22
20. Informações complementares	23
21. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	24
• DIRETORIA	25
• RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

Banco Original do Agronegócio S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S/A (banco), encerradas em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

O banco encerrou o exercício de 2020 com patrimônio líquido R\$ 137 milhões (R\$ 137 milhões em 31 de dezembro de 2019) e total de ativos de R\$ 158 milhões (R\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O banco preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

A administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 2 de março de 2021

Banco Original do Agronegócio S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Disponibilidades	4	639	419
Ativos financeiros		156.307	155.658
Instrumentos financeiros		156.307	155.658
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	142.232	122.962
Títulos e valores mobiliários	5.b	14.075	32.696
Ativos fiscais		1.279	1.027
Ativos tributários correntes	10.a	1.279	1.027
Investimentos		100	100
Investimentos em participação em controladas	6	100	100
Imobilizado		45	80
Imobilizado de uso	7	500	1.475
Depreciação acumulada	7	(455)	(1.395)
Intangível		–	1
Outros ativos	8	33	3.031
Total do Ativo		<u>158.403</u>	<u>160.316</u>

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		13.812	13.463
Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.812	13.463
Depósitos	9.a	13.812	13.463
Passivos fiscais		4.323	4.554
Passivos tributários correntes	10.b	725	490
Passivos tributários diferidos	10.b	3.598	4.064
Provisões	11	2.781	2.513
Outros passivos	12	154	3.011
Patrimônio Líquido		137.333	136.775
Capital Social	13.a	112.123	112.123
Reservas de Lucros	13.b	25.210	24.342
Outros Resultados Abrangentes	13.c	–	310
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>158.403</u>	<u>160.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Nota				
Rendas da intermediação financeira		3.016	7.312	3.334	21.106
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.b	3.016	7.312	3.334	21.106
Despesas da intermediação financeira		(135)	(365)	(370)	(739)
Despesas em operações de captação no mercado	9.b	(135)	(365)	(370)	(739)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.881	6.947	2.964	20.367
Resultado das provisões para perdas		626	572	626	580
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.d	626	572	626	580
Receitas/(despesas) operacionais		(1.203)	(2.480)	(2.139)	(5.800)
Outras despesas administrativas	14	(1.055)	(2.146)	(2.172)	(4.776)
Despesas tributárias	15	(135)	(326)	(252)	(950)
Outras receitas	16	144	62	552	80
Outras despesas	17	(157)	(70)	(267)	(154)
Resultado antes dos tributos e participações		2.304	5.039	1.451	15.147
Imposto de renda e contribuição social		(931)	881	(583)	(6.205)
Provisão para imposto de renda	10.d	(156)	290	(396)	–
Provisão para contribuição social	10.d	(134)	142	(312)	–
Ativo fiscal diferido	10.d	(641)	449	125	(6.205)
Resultado líquido		1.373	5.920	868	8.942
Resultado líquido por ação - 1.000.000.000 de ações		0,0137	0,0592	0,0087	0,0894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	1.373	5.920	868	8.942
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Variação do valor justo	(131)	(94)	(565)	(210)
Efeito dos tributos	59	42	255	94
Outros resultados abrangentes	(72)	(52)	(310)	(116)
Resultado Abrangente	1.301	5.868	558	8.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		109.123	3.525	19.939	426	–	133.013
Aumento de capital		3.000	–	–	–	–	3.000
Outros resultados abrangentes	13.c	–	–	–	(116)	–	(116)
Resultado líquido		–	–	–	–	8.942	8.942
Destinações							
Reserva legal	13.b	–	45	–	–	(45)	–
Reserva estatutária	13.b	–	–	833	–	(833)	–
Juros sobre o capital próprio	13.d	–	–	–	–	(8.064)	(8.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		112.123	3.570	20.772	310	–	136.775
Mutações do período		3.000	45	833	(116)	–	3.762
Saldo em 30 de junho de 2019		109.123	3.677	22.809	362	–	135.971
Aumento de capital		3.000	–	–	–	–	3.000
Outros resultados abrangentes	13.c	–	–	–	(52)	–	(52)
Resultado líquido		–	–	–	–	5.920	5.920
Destinações							
Reserva legal	13.b	–	(107)	–	–	(296)	(403)
Reserva estatutária	13.b	–	–	(2.037)	–	2.440	403
Juros sobre o capital próprio	13.d	–	–	–	–	(8.064)	(8.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		112.123	3.570	20.772	310	–	136.775
Mutações do período		3.000	(107)	(2.037)	(52)	–	804
Saldo em 31 de dezembro de 2019		112.123	3.570	20.772	310	–	136.775
Aumento de capital		–	–	–	–	–	–
Outros resultados abrangentes	13.c	–	–	–	(310)	–	(310)
Resultado líquido		–	–	–	–	868	868
Destinações							
Reserva legal	13.b	–	43	–	–	(43)	–
Reserva estatutária	13.b	–	–	825	–	(825)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020		112.123	3.613	21.597	–	–	137.333
Mutações do período		–	43	825	(310)	–	558
Saldo em 30 de junho de 2020		112.123	3.545	20.292	72	–	136.032
Aumento de capital		–	–	–	–	–	–
Outros resultados abrangentes	13.c	–	–	–	(72)	–	(72)
Resultado líquido		–	–	–	–	1.373	1.373
Destinações							
Reserva legal	13.b	–	68	–	–	(68)	–
Reserva estatutária	13.b	–	–	1.305	–	(1.305)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020		112.123	3.613	21.597	–	–	137.333
Mutações do período		–	68	1.305	(72)	–	1.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a Nota 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro líquido	1.373	5.920	868	8.942
Ajustes ao lucro líquido	(6.751)	(9.292)	(4.621)	(11.903)
Depreciações e amortizações	16	23	35	64
Tributos diferidos	641	(449)	(125)	6.205
Constituição/(reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	157	(28)	268	50
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	(7.565)	(8.838)	(4.799)	(18.222)
Lucro líquido ajustado	(5.378)	(3.372)	(3.753)	(2.961)
Variações patrimoniais	6.303	14.053	6.206	27.712
(Aumento)/redução em título e valores mobiliários para negociação	6.071	14.169	6.072	14.169
(Aumento)/redução em ativos fiscais	(740)	210	(127)	(3.161)
(Aumento)/redução em outros ativos	5	(2.815)	2.998	(2.944)
(Redução)/aumento em passivos financeiros	114	364	349	13.442
(Redução)/aumento em passivos fiscais	1.024	(250)	(8)	3.924
(Redução)/aumento em outros passivos	(81)	2.599	(2.855)	2.739
Imposto de renda e contribuição social pagos	(90)	(224)	(223)	(457)
Caixa gerado nas operações	925	10.681	2.453	24.751
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos				
(Aquisição/aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	(285)	-	(618)
Alienação/redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	16.932	-	17.037	-
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de investimentos	16.932	(285)	17.037	(618)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
(Redução)/aumento de capital	-	3.000	-	3.000
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos	-	(8.064)	-	(8.064)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	(5.064)	-	(5.064)
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	17.857	5.332	19.490	19.069
Saldo inicial	4 125.014	118.049	123.381	104.312
Saldo final	4 142.871	123.381	142.871	123.381
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	17.857	5.332	19.490	19.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima e sediado à Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

A Administração levou em consideração também, a Resolução BCB nº 2, que consolidou critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A adoção da Resolução BCB nº 2 resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros incluindo operações de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c) Ativos financeiros: Instrumentos financeiros: Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, observando-se:

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

f) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas de forma linear, com período entre 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

g) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Passivos financeiros

Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

k) Provisões: Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

l) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

m) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “despesas tributárias”.

n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	639	419
Em moeda nacional	639	419
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽¹⁾	142.232	122.962
Letras do Tesouro Nacional - LTN	142.232	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	122.962
Total	142.871	123.381

⁽¹⁾ Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Banco Original do Agronegócio S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. ATIVOS FINANCEIROS
Instrumentos Financeiros
a) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	142.232	142.232	122.962	
Posição Bancada	142.232	142.232	122.962	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	142.232	142.232	–	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	122.962	
Total	142.232	142.232	122.962	
	01.07 a	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.348	3.391	3.512	6.950
Total	1.348	3.391	3.512	6.950

b) Títulos e valores mobiliários
Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado

	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	31/12/2020		31/12/2019
				Valor justo		Valor contábil
				Sem vencimento	Valor contábil	
1 - Títulos para negociação		6.510	7.565	14.075	14.075	15.348
Carteira própria						
Títulos privados		6.510	7.565	14.075	14.075	15.348
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	1	6.510	7.565	14.075	14.075	15.348
2 - Títulos disponíveis para venda		–	–	–	–	17.348
Carteira própria						
Títulos públicos		–	–	–	–	17.348
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	–	–	17.348
Total		6.510	7.565	14.075	14.075	32.696

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado em títulos de renda fixa	175	752	774	1.600
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5a)	1.348	3.391	3.512	6.950
Resultado em títulos de renda variável	1.493	3.169	(952)	12.556
Total	3.016	7.312	3.334	21.106

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d) Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O Banco Original do Agronegócio S.A. não possui saldo em operações de crédito, pois todas as operações de seu legado foram baixadas para prejuízo sendo controladas em contas de compensação, conforme definido pelo artigo 7º da Res. 2.682/99 do CMN. Eventualmente poderá ser reconhecida receita com a recuperação de créditos baixados para prejuízo que são objetos de renegociações, sendo que a operação recuperada retornará à carteira ativa classificada com nível de risco H, conforme artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Em 2020 foi registrada na rubrica recuperação de créditos baixados como prejuízo, a receita reconhecida mediante a renegociação de créditos baixados para prejuízo e quitados durante o próprio exercício no montante de R\$626 (R\$580 em 2019). Em 2019, foi efetuada cessão de operação de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para o Banco Original S/A, no montante de R\$ 20.

O saldo contábil da operação cedida e que encontrava-se registrada em prejuízo era de R\$ 410.

6. INVESTIMENTOS

Investimentos em participação em controladas:

	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
Original Investimentos					
Imobiliários	100	–	–	100	–
Total	100	–	–	100	–

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. IMOBILIZADO

Composição

			31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado de uso	Custo	Depreciação	Saldo contábil	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	241	(208)	33	54
Sistemas de segurança e comunicações	259	(247)	12	26
Total	500	(455)	45	80

Movimentação

	30/06/2020		Movimentação de 01/07 a 31/12/2020		31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	36	–	–	(3)	33
Sistemas de segurança e comunicações	25	–	–	(13)	12
Total	61	–	–	(16)	45

	31/12/2019		Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	54	–	–	(21)	33
Sistemas de segurança e comunicações	26	–	–	(14)	12
Total	80	–	–	(35)	45

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há registro de perdas por *impairment*.

8. OUTROS ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	31	29
Adiantamentos a fornecedores	1	1
Despesas pagas antecipadamente	1	1
Valores a receber de sociedades ligadas	–	2.970
Devedores diversos no país	–	30
Total	33	3.031
Circulante	2	3.002
Não circulante	31	29

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9. PASSIVOS FINANCEIROS

Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

Composição

	31/12/2020		31/12/2019
	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	–	–	21
Pessoas jurídicas	–	–	21
Depósitos interfinanceiros	13.812	13.812	13.442
Total	13.812	13.812	13.463

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100% do CDI.

b) Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Captação no mercado aberto	(135)	(365)	(370)	(739)
Depósitos interfinanceiros	(135)	(365)	(370)	(738)
Carteira própria	–	–	–	(1)
Total	(135)	(365)	(370)	(739)

10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS:

Ativos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda a compensar	810	657
Contribuição social a compensar	464	365
Outros impostos a compensar	5	5
Total	1.279	1.027
Circulante	1.279	1.027

Passivos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda	396	–
Provisão para contribuição social	312	–
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	6	10
IRRF a recolher sobre juros sobre o capital próprio	–	450
Outras	11	30
Total	725	490
Circulante	725	490

Banco Original do Agronegócio S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos tributários diferidos
Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	–	–	–	3.074
Constituições	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	(3.074)
Saldo final	–	–	–	–

Passivos tributários diferidos
Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	2.953	3.966	4.064	589
Constituições	2.992	295	2.992	3.672
Reversões	(2.347)	(197)	(3.458)	(197)
Saldo final	3.598	4.064	3.598	4.064

Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados na rubrica “passivos tributários diferidos”.

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes dos tributos deduzido das participações nos lucros	2.304	5.039	1.451	15.147
Outras diferenças permanentes - CSLL	29	(8.038)	(280)	(8.028)
Outras diferenças permanentes - IRPJ	29	(8.038)	(280)	(7.654)
Base de cálculo - CSLL	2.333	(2.999)	1.171	7.119
Base de cálculo - IRPJ	2.333	(2.999)	1.171	7.493
CSLL ⁽¹⁾	(419)	310	(490)	(2.401)
IRPJ - 25% deduzidos os incentivos fiscais	(512)	571	(93)	(3.804)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(931)	881	(583)	(6.205)
Encargo líquido de IRPJ e CSLL	(931)	881	(583)	(6.205)

⁽¹⁾ Constituídos com base na alíquota de 20%.

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação	7.565	8.837
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	–	594
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação - 4,65%	(352)	(439)
Outras diferenças temporárias	–	421
Total de diferenças temporárias - IRPJ	7.213	9.413
Débitos sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	1.803	2.248
Débitos sobre diferenças temporárias de CSLL ⁽¹⁾	1.443	1.377
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação	7.565	8.837
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	–	594
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	7.565	9.431
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	352	439
Total do passivo fiscal diferido	3.598	4.064
Circulante	3.598	4.064

⁽¹⁾ Constituídos com base na alíquota de 20%.

Expectativa de realização das obrigações fiscais diferidas

Ano	31/12/2020	
	Passivo fiscal diferido	Valor líquido dos impostos diferidos
2021	3.598	3.598
Total	3.598	3.598

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

a) Créditos Tributários

Não foram constituídos créditos tributários no período.

11. PROVISÕES

a) Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 31 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2019).

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	2.624	2.541	2.513	2.463
Constituição	–	–	1	15
Atualização monetária	157	109	267	225
Reversão	–	(137)	–	(190)
Saldo final	2.781	2.513	2.781	2.513

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos de natureza trabalhista, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o banco não possuía processos de natureza cível e trabalhista classificados como de risco de perda possível.

12. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Provisão para despesas administrativas	54	361
Juros sobre o capital próprio a distribuir	–	2.550
Total	154	3.011
Circulante	154	3.011

⁽¹⁾ Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (Nota explicativa nº 7).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está assim representado:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
De domiciliados no país	112.123	112.123	112.123	112.123
Total	112.123	112.123	112.123	112.123

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social.

Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios.

Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de (R\$ 310) em 31 de dezembro de 2020 ((R\$ 116) em 31 de dezembro de 2019).

d) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio (R\$ 8.064 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Processamento de dados	(524)	(1.209)	(1.214)	(2.683)
Legais e jurídicas	(260)	(54)	(292)	(79)
Comunicações	(63)	(115)	(194)	(216)
Propaganda e publicidade	(10)	(81)	(168)	(245)
Serviços do sistema financeiro	(69)	(39)	(103)	(75)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(76)	(211)	(82)	(332)
Depreciações e amortizações	(16)	(23)	(35)	(64)
Aluguéis	(1)	(14)	(15)	(27)
Despesas com licença de informações financeiras	–	–	–	(243)
Outras	(36)	(400)	(69)	(812)
Total	(1.055)	(2.146)	(2.172)	(4.776)

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
COFINS	(116)	(278)	(217)	(815)
PIS/PASEP	(19)	(45)	(35)	(132)
Outras	–	(3)	–	(3)
Total	(135)	(326)	(252)	(950)

16. OUTRAS RECEITAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Reversão de provisões operacionais	112	45	349	45
Atualização de impostos a compensar	10	15	31	31
Atualização de depósitos judiciais	1	2	2	4
Outras	21	–	170	–
Total	144	62	552	80

Banco Original do Agronegócio S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. OUTRAS DESPESAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Provisões trabalhistas	(157)	28	(267)	(50)
Indenizações trabalhistas	–	(98)	–	(104)
Total	(157)	(70)	(267)	(154)

18. PARTES RELACIONADAS

O banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O banco não concedeu empréstimos ao pessoal chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O banco realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o Banco Original S/A.

	31/12/2020					Total
	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades controladas	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	
Ativos						
Ativos financeiros	156.307	–	–	–	–	156.307
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.812	–	–	–	–	13.812
						01/01 a 31/12/2020
Resultado						
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.322)	–	–	–	–	(1.322)
						01/07 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	1.493	–	–	–	–	1.493
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(135)	–	–	–	–	(135)

Banco Original do Agronegócio S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2019					Total
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro-ladora ⁽¹⁾	Entidades controladas	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	
Ativos						
Instrumentos financeiros	155.658	–	–	–	–	155.658
Outros ativos	2.970	–	–	–	–	2.970
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.442	–	–	–	–	13.442
01/01 a 31/12/2019						
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	18.323	–	–	–	–	18.323
Outras receitas e despesas	(738)	–	–	–	–	(738)
01/07 a 31/12/2019						
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	5.938	–	–	–	–	5.938
Outras receitas e despesas	(365)	–	–	–	–	(365)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

19. SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência Nível I	1.030.622	1.375.393
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.030.622	1.375.393
RWA - Ativos ponderados pelo risco	10.203.294	10.376.218
RWA ^{CPAD} (parcela de risco de crédito)	8.653.764	8.570.045
RWA ^{MPAD} (parcelas de risco de mercado)	88.309	596.303
RWA ^{OPAD} (parcela de risco operacional)	1.461.221	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,1%	13,3%

No exercício de 2020, o conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Garantias prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram concedidos avais de fianças a terceiros.

b) Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global.

Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

O banco, em linha com CMN e o Bacen, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o banco manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

Banco Original do Agronegócio S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido recorrente	1.373	5.920	868	8.942

21. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta do banco e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o banco), celebrou acordo de leniência com o MPF (“acordo”), e o banco aderiu formalmente ao acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a administração do banco, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. (“assessores”), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no banco.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do acordo, foi constituído um comitê de supervisão independente (“comitê”) para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse comitê ratificou a contratação dos assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a administração do banco ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Banco Original do Agronegócio S.A.**DIRETORIA****Alexandre Correa Abreu**

Diretor Presidente

Érico de Arruda Holanda

Diretor

Marcelo Rosas Betine

Contador

CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP

Banco Original do Agronegócio S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS****Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Original do Agronegócio S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Banco Original do Agronegócio S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2